

VI. Medidas econômico-políticas de restrição no cultivo do café e mudanças estruturais da geografia agrária no norte do Paraná

Paulo Astor Soethe (org.)
Daniel Martineschen (coord.)
Caio Heleno da Costa Pereira
Dionei Mathias
Elisete Antoniuk
Fernanda Boarin Boechat
Frederico Füllgraf
Natasha Pereira da Silva
Sibele Paulino
Sirlene Nair Neubauer
(transl.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOETHE, PA., org. MARTINESCHEN, D., *et al.*, transl. KOHLHEPP, G. Medidas econômico-políticas de restrição no cultivo do café e mudanças estruturais da geografia agrária no norte do Paraná. In: *Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café* [online]. Maringá: Eduem, 2014, pp. 127-140. ISBN 978-85-7628-655-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

VI. MEDIDAS ECONÔMICO-POLÍTICAS DE RESTRIÇÃO NO CULTIVO DO CAFÉ E MUDANÇAS ESTRUTURAIS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO NORTE DO PARANÁ²⁵¹

1. PROGRAMA DE REDUÇÃO DA QUANTIDADE DE CAFEIROS (1962-1967)

Diante da capacidade anual de produção de aprox. 36 milhões de sacas de café (com exportação anual de 18 milhões de sacas e consumo próprio anual de aprox. 6 milhões de sacas), alcançada depois da tendência de desenvolvimento do cultivo de café no Brasil ocorrida no início da década de 1960, o crescimento anual dos estoques de café atingiu a média de 12 milhões de sacas! (v. sobre isso a Figura 6)

Embora em 1961 tenham sido erradicados 7 milhões de sacas, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) não se decidiu, no âmbito das medidas de restrição da produção do café, por uma erradicação do produto final, como fora corriqueiro sobretudo nos anos 30, mas sim pela restrição da quantidade de cafeeiros através de desenraizamento de pés menos produtivos (erradicação)²⁵². Elaborou-se um programa de racionalização do cultivo de café, e o ‘Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura’ (Gerca), fundado em outubro de 1961, foi encarregado do planejamento e da execução do programa de equiparação da produção brasileira de café com a demanda nacional e internacional.

A quantidade de cafeeiros no Brasil atingiu um recorde de 4,3 bilhões em 1960 e 1961, dos quais 36% se encontravam em São Paulo, 28% no Paraná, 19% em Minas Gerais e 9% no Espírito Santo. Sobretudo as plantações de café com um rendimento em média de até 6 sacas de café descascado por 1000 pés deveriam ser afetadas pela erradicação, isto é, a parcela antiga e inviável economicamente. Para reduzir a capacidade de produção em um terço, isto é, 12 milhões de sacas de café, foi necessário eliminar aproximadamente 2 bilhões de cafeeiros, levando em conta o valor limite de produção de 6 sacas por 1.000 pés!

Além da redução da produção de café, do rejuvenescimento médio dos cafezais e da melhora da qualidade, o cultivo da terra livre onde antes havia café com plantações de outros tipos significa, ao mesmo tempo, um passo importante da monocultura para a policultura e para a pecuária, e com isso também para uma menor dependência econômica em relação a uma cultura permanente dominante.

A ‘erradicação’ foi realizada em duas etapas, em cujo transcurso ocorreram modificações na execução por causa de mudanças da situação geral e de algumas premissas.

O primeiro programa, realizado entre junho de 1962 e julho de 1966, tinha como objetivo a destruição de 2 bilhões de cafeeiros. Novos plantios de café só podiam ser feitos na base de 1:4; a área anteriormente coberta com cafeeiros deveria ser usada para o plantio de diferentes alimentos básicos. Na execução do programa, os seguintes critérios foram estabelecidos (GERCA, Relatório, 1967, p. 2ss.):

- 1 Assinatura voluntária de contrato entre os plantadores de café e o Gerca.
- 2 Pagamento de uma indenização de NCr\$ 15,00 quando se arrancasse um cafeeiro.²⁵³
- 3 Livre escolha do modo de uso da terra livre por parte do plantador após a erradicação dos cafeeiros, inclusive em relação aos métodos de empreendimento aplicados. Uma autorização era necessária somente se fossem plantadas novas culturas permanentes.
- 4 A execução do programa foi confiada ao Banco do Brasil, em cujas filiais os requerimentos tinham de ser apresentados e que efetuava o controle e o financiamento das fases do contrato.

251 Tradução de Dionei Mathias e Natasha Pereira da Silva.

252 Adotaremos a partir daqui a denominação *erradicação* para o desenraizamento de pés de café.

253 Essa soma correspondia na época do planejamento (junho de 1961) a cerca de 80% do valor de produção por cafeeiro, num rendimento médio de 6 sacas/mil árvores.

- 5 O plantio de culturas sucedâneas foi financiado em geral pelo Banco do Brasil e, mais raramente, pelo Gerca. Nisso o uso de sementes selecionadas resultou num aumento de 10% na soma de indenização, a aplicação de medidas antierosivas de 20% e o uso de adubos e inseticidas também de 20%. Assim o valor do financiamento podia ser aumentado em 50%, o que representou um impulso significativo para a agricultura, especialmente porque a quitação tinha ficado mais fácil em decorrência da inflação.

Depois que a progressiva desvalorização monetária fez com que o valor de indenização por cafeeiro erradicado caísse de 80% (1961) para 8% do valor de rendimento por árvore (LAZZARINI, 1967, p. 3) até 1965 e, além disso, depois de os grandes prejuízos decorrentes de geada no ano de 1963 terem provocado um elevação brusca de preços do café, a erradicação acabou se estagnando ainda antes do término do período programado. Dos dois bilhões de cafeeiros previstos no programa, somente 36% foram arrancados até 1965/66 (KOHLHEPP, 1974, p. 432ss.).

Apesar da erradicação de mais de 720 milhões de cafeeiros (Tabela 26), o Brasil testemunhou, em 1965/66, a segunda maior colheita de sua história. Somente o Paraná contribuiu com uma nova colheita recorde – mais de 55% da safra brasileira total –, já que os cafezais plantados durante fase de expansão na segunda metade dos anos 1950 no Norte Novíssimo estavam alcançando somente agora sua produtividade máxima (Figura 2).

Tabela 25: Pagamentos pela erradicação de cafeeiros no Brasil.
Agosto de 1966 – Abril de 1967

Porcentagem de cafeeiros erradicados no total por empreendimento (%)	Zona A	NCr\$ por árvore Zona B	Zona C
15 – 24,9	0,30	0,28	0,26
25 – 39,9	0,38	0,35	0,32
>40	0,50	0,45	0,40

Zona A: Norte Novíssimo Paraná (noroeste do Paraná)

Zona B: o resto do Paraná, São Paulo e sudeste de Minas Gerais

Zona C: regiões cafeeiras restantes

Fonte: Gerca Relatório (1967, p. 4).

Uma resolução do Conselho Monetário Nacional decidiu pôr em prática com efeito imediato um segundo programa de ‘erradicação’ para dar mais um impulso à transição para a policultura.

Esse segundo programa, que teve início em agosto de 1966, diferenciava-se do precedente em pontos essenciais quanto à sua concepção:

- 1) A indenização por cada cafeeiro erradicado era concedida de acordo com um esquema regional e gradualmente diferenciado (Tabela 25).

Isso significava que o pagamento começava somente a partir de uma redução de 15% do número total de cafeeiros por fazenda, aumentando à medida que a porcentagem aumentava. No entanto, a indenização foi fixada num máximo de 750 árvores/ha. A soma média da indenização era de NCr\$ 0,45, ou seja, em questões de valores, em média, cerca de 4 vezes mais alto que no primeiro programa!

O objetivo de aumentar a cota de erradicação local – através de pagamentos mais altos nas regiões com um pico momentâneo de produção mas também na área ameaçada pela geada ou nos terrenos arenosos – acabou sendo um fracasso, já que a destruição mais extensa em 1966/67 acontecia no Espírito Santo. Nessa região, pertencente à zona C, mais de 235 milhões de árvores foram erradicadas (Tabela 26), ou seja, 44% da quantidade total do estado em 1960. Por outro lado, no Paraná e em São Paulo foram somente 12 ou 5%.

- 2) Novas plantações de café estavam proibidas.

- 3) Em consequência dos problemas sociais que surgiam de maneira cada vez mais intensa por causa do crescente desemprego (ver Cap. VI, 4), a transição da antiga área cafeeira disponível depois da erradicação para uma pecuária de trabalho extensivo estava proibida.
- 4) A seleção de culturas sucedâneas foi definida por agrônomos do IBC.
- 5) Os cafeeiros tinham de ser arrancados com suas raízes, além disso, a terra tinha de ser arada e cultivada por dois anos. O pagamento foi efetuado somente após um ano.

No total, no decorrer dos dois programas do IBC entre 1962 e 1967 com contratos subvencionados oficialmente, aproximadamente 1,4 bilhões de cafeeiros foram arrancados, ou seja, a meta do plano foi atingida em 70%, sem levar em consideração, no entanto, o pequeno número de novas plantações nesse período (Tabela 26).

Apesar da grande diferença de prazo dos dois programas, aproximadamente 90% da soma do primeiro programa quadrienal foram alcançados no prazo de 9 meses devido ao impulso maior em consequência da alta cota de indenização em 1966/1967. Enquanto entre 1962 e 1966 a maior quantidade de cafeeiros foi erradicada em São Paulo e em Minas Gerais, sobretudo São Paulo recuou significativamente na segunda etapa. Por outro lado, o estado do Espírito Santo, com seus cafezais caracterizados por cifras baixas de rendimento, executou o plano com grande intensidade. Apesar de o pagamento de indenizações no Espírito Santo se movimentar no grupo mais baixo (o grupo C, Tabela 25), os pagamentos bem maiores durante o segundo programa fizeram com que o custo total da erradicação lá fosse o mais alto. Com relação à quantidade total destruída, esse estado, no entanto, ocupou somente o segundo lugar e, com relação à área liberada durante os dois programas, até mesmo o quarto lugar no Brasil. Os custos totais dos programas de erradicação chegaram a NCr\$ 250 milhões, ou aproximadamente US\$ 78 milhões. A soma investida na erradicação em 1966/67 corresponde aos custos para a construção de cerca de 1.000 km de estradas asfaltadas (LAZZARINI, 1967, p. 8).

A destruição oficial de cafeeiros reduziu a área de plantação de café no Brasil em cerca de 15.000 km² distribuídos em partes aproximadamente iguais nos quatro estados líderes na produção de café.

Tabela 26: Redução do número de cafeeiros no Brasil, em 1962-1967

Estados	1° Programa		2° Programa		Total		Custos em NCr\$ 1.000,00*
	1962 - 1966 ¹		1966 - 1967 ²		1962 - 1967		
	cafeeiros erradicados (em 1000)	Redução da área de cultivo de café (em ha)	a	b	a	b	
		a					
São Paulo	244.420	304.762	54.944	62.135	299.364	366.897	39.149
Minas Gerais	230.564	241.538	133.139	111.596	363.703	353.134	47.280
Paraná	125.772	161.062	124.185	146.000	249.957	307.062	59.967
Espírito Santo	67.903	60.429	235.272	239.000	303.175	299.429	70.254
outros ³	54.887	50.726	108.257	115.000	163.144	165.726	34.178
Total Brasil	723.546	818.517	655.797	673.731	1.379.343	1.492.248	250.828
	em %		em %		em %		
São Paulo	33,8	37,2	8,4	9,2	21,7	24,6	15,6
Minas Gerais	31,9	29,5	20,3	16,6	26,4	23,7	18,8
Paraná	17,4	19,7	18,9	21,7	18,1	20,6	23,9
Espírito Santo	9,4	7,4	35,9	35,5	22,0	20,1	28,0
outros	7,5	6,2	16,5	17,0	11,8	11,0	13,7
Total Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

1 Contratos com o Banco do Brasil junho 1962 - julho 1966;

2 Contratos com o Banco do Brasil e outros órgãos de financiamento agosto 1966 - maio 1967;

3 Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Goiás, Ceará, Mato Grosso, Santa Catarina.

* Valor de correção monetária em agosto 1966;

Fonte: Compilação e cálculo de acordo com IBC, Anuário Estatístico do Café (1967); Gerca Relatório (1967 e 1968); GERCA (1967).

2. O DESENVOLVIMENTO DA ERRADICAÇÃO NO NORTE DO PARANÁ. AVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA E DAS CONSEQUÊNCIAS

A seguir, apesar da dificuldade no levantamento de dados estatísticos, tentaremos dar uma impressão quantitativa da erradicação no Norte do Paraná numa diferenciação regional.

a) Antes do início dos programas oficiais

Segundo uma avaliação da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro do Café no Norte do Paraná em 1960/61, com apoio da Organização de Estados Americanos (IBC-OEA, 1964, p. 132-33), a extensão da erradicação em 1960 e 1961 no Paraná chegou a 47,6 milhões de cafeeiros. Desses, 47% estavam no Norte Novíssimo, 37% no Norte Novo e 16% na região de colonização mais antiga do Norte do Paraná. A porcentagem dos cafeeiros erradicados com relação à quantidade total ficou, em todas as regiões, somente entre 3 e 4%.

Levando em consideração a pouca idade dos cafezais nas zonas pioneiras desenvolvidas havia pouco tempo no Norte do Paraná (cafeeiros com mais de 15 anos: Norte Novíssimo 0,5%; Norte Novo 15,4%; em comparação, Norte Velho: 39,6%), fica claro que 85% das árvores erradicadas em 1960/61 ainda não tinham 20 anos.

O fato de que, durante a erradicação dos anos de 1960/61, se tratava de uma destruição não subvencionada das reservas de cafeeiros – ou seja, o oportunismo especulativo orientado puramente por fatores financeiros perdeu o seu momento – conduz às seguintes causas da erradicação nessa fase:

- 1) Preços baixos para o produtor devido à superprodução brasileira e sobretudo paranaense.
- 2) Queda rápida de rendimento em consequência da falta de qualquer tipo de adubação.
- 3) Expansão descontrolada das plantações de café durante o período do *boom* dos anos 50 em áreas ecologicamente inapropriadas do Norte do Paraná, sobretudo na zona periférica meridional com risco de geada, bem como na região dos solos arenosos rapidamente esgotados e com poucos nutrientes do Noroeste (Norte Novíssimo).

A pouca idade dos cafeeiros destruídos na área estudada dá uma ideia da rápida sequência das fases do desenvolvimento da paisagem agrária no Norte do Paraná, que se seguiram umas às outras em breves espaços de tempo.

Especulação e espírito pioneiro, ciclos de rentabilidade em virtude de oscilações de preço dependentes do mercado mundial e a influência dos fatores naturais contribuíram decisivamente para o estabelecimento das novas regiões de colonização no Norte Novo e Novíssimo. Esses fatores constituíam tanto os critérios da intensidade da exploração econômica quanto também os critérios delimitadores para a localização de um produto de exportação expansivo.

A seguinte tabela dá uma ideia do grau de intensidade de erradicação correspondente às ordens de grandeza dos empreendimentos e uma correlação entre proporção de rendimento, extensão da erradicação e o tamanho da plantação de café para o ano de 1962.²⁵⁴

²⁵⁴ Os dados sobre a quantidade de cafeeiros destruídos em 1962, no Paraná, são bastante diversos: De acordo com o IBC-OEA (1964, p. 133), 61,3 milhões de árvores foram arrancados. No contexto da ação Gerca, na segunda metade do ano de 1962, somente 14 milhões (GERCA, 1967, p. 29). Isso significaria que a partir de julho as atividades diminuiriam, num momento em que a erradicação subvencionada começava. Isso contrasta com as situações reais.

Tabela 27: Extensão da erradicação no Norte do Paraná de acordo com o tamanho das plantações de café

Tamanho das plantações de café (em 1000 árvores)	Participação de cada grupo na erradicação total em 1962 (%)	Participação da erradicação no número de cafeeiros em cada grupo, em 1961 (%)	Rendimento médio por grupo em sacas em cada 1000 árvores
< 1	2	50	10
1 - 2	—	—	56*
2 - 4	1	4	14
4 - 8	8	4	19
8 - 16	6	2	20
16 - 32	4	1	16
32 - 64	25	6	18
64 - 128	17	6	19
128 - 256	33	15	12
256 - 512	2	1	22,5
512 - 1024	2	5	25
> 1024	—	—	23
Total	100	5	18

* A certeza do dado é questionável

Fonte: IBC-OEA (1964, p. 122 e 134).

Tabela 28: Erradicação no Paraná no contexto do programa Gerca (junho 1962 – final de 1965) (Número de cafeeiros erradicados em 1000)

Regiões	1962 segundo semestre	1963	1964	1965	1962 – 65 Total	Participação das regiões (em %)	Participação da erradicação 1962 – 65 no número de cafeeiros em 1961
Norte Novo	5.590	26.564	15.217	3.082	50.453	39	10,7
Norte Novíssimo	4.415	35.382	16.802	6.208	62.807	47	11,1
Total da área estudada	10.005	61.946	32.019	9.290	113.260	86	10,9
Norte Velho	4.043	10.449	3.334	1.257	19.083	14	7,8
Paraná Total	14.048	72.395	35.353	10.547	132.343	100	10,3
Participação em %	8,8	54,7	28,3	8,2	100,0		

Fonte: Gerca, Relatório (1967); Gerca (1967, p. 29); IBC-OEA (1964, p. 42).

Fica evidente que a porcentagem da erradicação dentro de cada classe de grandeza dos cafezais depende do respectivo rendimento. Isso fica especialmente claro no caso das menores propriedades com menos de 1.000 cafeeiros e das grandes propriedades com um número de cafeeiros entre 128 e 256 mil, que apresentam a maior porcentagem de erradicação com o menor índice de rendimento (Tabela 27).

b) Erradicação subvencionada no âmbito do programa do Gerca

No Norte do Paraná, as duas partes do programa alcançaram, em questão de números, os mesmos volumes, com uma eliminação oficial de aproximadamente 125 milhões de cafeeiros respectivamente (Tabela 27).

A evolução do programa — de junho de 1962 até o final de 1965, apresentada na Tabela 28 — mostra o grande impulso que a geada de agosto de 1963 deu, num primeiro momento, à erradicação através do extermínio de cafeeiros congelados ou atingidos pela geada.

A partir de 1964, o número de cafeeiros erradicados diminuiu, porque — como já mencionado — a desvalorização monetária da indenização compensava somente menos de 1/10 do valor de rendimento de um cafeeiro, em decorrência da evolução inflacionária. Além disso, os cafeeiros com os menores índices de rendimento já haviam sido arrancados, e os preços do café subiram abruptamente no decorrer do primeiro semestre de 1964, após a baixa da colheita em decorrência dos danos causados pela geada em 1963 — surgindo assim um novo estímulo para o replantio. A erradicação no ano de 1965 foi insignificante e estagnou completamente no final do ano (Tabela 28).

A erradicação alcançou sua maior extensão no Norte Novíssimo e no Norte Novo do Paraná, pelos motivos já mencionados: exaustão rápida da fertilidade do solo do arenito Caiuá, perigo de geada etc. A redução do número de cafeeiros entre 1962 e 1965, no entanto, era de somente 10-11% — o que era muito pouco diante da alta produtividade da jovem região de cultivo de café do Norte do Paraná. Isso se mostrou, após a regeneração dos cafeeiros danificados pela geada, em uma nova colheita recorde (Figura 2).

A segunda parte do programa, iniciada em agosto de 1966, com sua já mencionada diferenciação dos pagamentos de indenização regional e intensiva, despertou grande interesse entre os cafeicultores. O desenvolvimento do Noroeste do estado com plantações de café que se degeneravam rapidamente pelos fortes prejuízos causados pela erosão justificou a porcentagem mais alta de erradicação de cafeeiros nessa área (NCr\$ 0,50 no caso de extermínio de mais de 40%, Tabela 25).

Dos cafeeiros erradicados ao longo de 9 meses no Paraná, 44% se encontravam no Norte Novíssimo e 28%, no Norte Novo. Na região ao norte do Ivaí (região de Paranaíba), 20% dos cafeeiros foram eliminados, 30% das fazendas cultivadoras de café fecharam contratos para erradicação, nos quais quase 40.000 ha de terra de café ficaram livres nessa região. Na região central de plantio de café do Norte Novo com suas condições naturais favoráveis, a porcentagem de erradicação foi consideravelmente menor, inclusive mais baixa que entre 1962 e 1965. A diferenciação regional é visível na Tabela 29.

Tabela 29: Erradicação no Norte Novo e Novíssimo do Paraná em 1966 e 1967

	Erradicação (em 1000 árvores)	Porcentagem de erradicação por número de cafeeiros 1966 (em %)	Porcentagem de fazendas com erradicação pelo número total das fazendas com plantio de café (em %)	Área que ficou livre (em ha)	Porcentagem da área de plantio de café 1966 (em %)
Região de Londrina	16.823	7,7	10,3	21.686	8,9
Região de Maringá	9.353	9,4	15,5	13.571	10,7
Região de Apucarana	8.238	9,8	12,9	11.928	13,5
Norte Novo	34.414	8,5	12,5	47.185	10,3
Região de Paranaíba	30.348	20,0	30,1	39.432	20,0
Região de Umuarama	15.397	8,9	11,1	19.628	11,3
Região de Campo Mourão	8.584	15,7	21,3	12.368	10,3
Norte Novíssimo	54.329	14,3	17,7	71.428	14,5
Total da área analisada	88.743	11,3	15,1	118.613	12,5

Fonte: Cálculos de acordo com levantamentos do Autor realizados nas agências regionais do IBC em Londrina e Maringá, com base em 9153 contratos individuais).

A baixa porcentagem de extermínio do número de cafeeiros na região de Umuarama indica que o plantio de café nessa área começara havia somente uma década e que grande parte das árvores se encontrava em alta produtividade. A discrepância entre a respectiva porcentagem de erradicação pelo número de cafeeiros e pelas áreas de plantio de café resulta das diferentes densidades de plantio.

A segunda parte do programa foi caracterizada por uma desorganização singular. Em decorrência do preparo insuficiente por parte dos órgãos executores subordinados e do alto pagamento por cafeeiro erradicado, houve logo acusações sobre os (quase inevitáveis) contratos falsificados e a organização defeituosa. Em dezembro de 1966, o diretório do IBC decidiu realizar algumas mudanças²⁵⁵.

Assim, foi anulada a obrigação de arar a terra que ficou livre se o terreno tivesse uma inclinação de mais de 20% e se o solo fosse demasiadamente pedregoso. Além disso, autorizou-se a instalação de pastagens e a criação de gado leiteiro.

Mais tarde também foi possível trabalhar com pastagens para novilhos e com criação de gado de corte na antiga terra do café. Além disso, uma parte do reembolso financeiro pôde ser usado para investimentos em projetos da indústria de processamento de produtos agrícolas, sobretudo na extração de óleo vegetal, e em estabelecimentos industriais autorizados pelo IBC.

Durante uma discussão geral sobre outro aumento de indenização pela erradicação, a geada de junho de 1967 pôs fim ao segundo programa de erradicação, com prejuízos regionais diversos sobretudo no Norte do Paraná, já castigado em 1963 e 1966.

Por causa do acúmulo de geadas nos últimos anos, tinha de se contar com uma restrição natural das colheitas de café. Além disso, já era previsível que as áreas potenciais de novas terras a serem consideradas para o plantio de café estariam esgotadas com a colonização do Norte do Paraná e que a expansão do café já teria alcançado as máximas possibilidades de expansão naturais e políticas na fronteira com o Paraguai. No mais, não se podia mais contar com uma regeneração das plantações na região do Caiuá.

c) Balanço

É extremamente difícil acompanhar o balanço anual do número de cafeeiros, já que também ocorria, além do extermínio subvencionado, uma erradicação contratualmente não fixada e sem apoio financeiro. Esse foi o caso especialmente durante os anos de 1966 e 1967, quando muitos proprietários de fazendas reduziram seu número de cafeeiros para estender suas áreas de pastagens, o que então não era permitido no programa oficial do Gerca por causa das temidas consequências do desemprego rural.

Tabela 30: Quantidade de cafeeiros no Norte do Paraná entre 1961 e 1963, estimativa (em 1000)

	1961	1963	Aumento ou redução em %
Norte Novo	470 261	493 261	+ 4,9
Norte Novíssimo	564 806	594 127	+ 5,2
Norte Velho	245 941	229 030	- 6,9
	1 281 008	1 316 418	+ 2,8

Fonte: IBC-OEA (1964, p. 135).

Dados sobre erradicação particular na região analisada existem somente para os anos de 1962-63: ela chegou a 27,6 milhões de cafeeiros (IBC-OEA, 1964, p. 135).

Por outro lado, houve outras plantações novas até 1963 que foram iniciadas no contexto da última fase do avanço do *frontier* do café na região do Piquiri.

Isso levou, apesar da mencionada erradicação realizada nesse período, a mais um aumento de 2,8 % do número de cafeeiros no Norte do Paraná (Figura 2).

Depois que os preços do café voltaram a subir em 1964, aumentou o estímulo para novas plantações. Em 1964, o financiamento chegou a NCr\$ 0,40 por árvore, ou seja, mais que 60% dos gastos de capital necessários. O empréstimo tinha de ser quitado dentro de 6 anos com juros de

255 Informações na central do Instituto Brasileiro do Café no Rio de Janeiro, bem como nas agências regionais do Norte do Paraná em 1970.

7%.²⁵⁶ Em decorrência dos efeitos inflacionários, essas eram condições extremamente favoráveis para os plantadores.

No entanto, o Gerca exigia que a proporção entre erradicação e plantio novo fosse de 4 por 1. Numa época em que o preço do café aumentava, o extermínio de 4 cafeeiros, com a finalidade de obter o financiamento para o novo plantio de um cafeeiro que começaria a produzir somente em 4 anos, significava, para a maioria dos plantadores, um risco econômico demasiadamente alto. Assim, prevaleceu a plantação nova de cafezais privada e não subvencionada.

O forte retrocesso da quantidade de cafeeiros por volta de 36% (de 1.316 milhões em 1963 para 846 milhões em 1967²⁵⁷), mostra que no Paraná foi erradicada, além dos 250 milhões de cafeeiros oficialmente destinados à erradicação por contrato (respeitando-se os plantios novos exigidos), uma quantidade pelo menos igualmente grande de cafeeiros sem o aproveitamento das somas de indenização vinculadas às condições mencionadas.

Para o Paraná, a redução da capacidade de produção por meio dos dois programas do Gerca se avalia em aproximadamente 3,4 milhões de sacas, ou seja, cerca de 35% da soma de 9,8 milhões estimada para o Brasil (GERCA, Relatório, 1967, p. 10-12).

No final dessa fase de desenvolvimento, o IBC era da opinião de que, por meio de suas medidas, produção e demanda estavam em equilíbrio. No entanto, é necessário enfatizar que, tanto em decorrência das geadas de 1963 e 1966 como também do grande prejuízo na colheita por causa da broca-do-café (*Stephanoderes hampei* Ferr.), o verdadeiro efeito da erradicação e, em decorrência disso, a capacidade de produção de café efetiva dos cafezais não podem ser avaliados com exatidão. Segundo Frederick (1970, p. 263ss., 269), em 1967, a produção potencial de café foi subestimada por órgãos oficiais em, pelo menos, 10%.

Levando-se em consideração também que até a segunda metade dos anos 1960 as plantações de café raramente eram adubadas, assim fica evidente que os esforços do Gerca para erradicar a metade do total de cafeeiros e substituí-los por plantações novas numa proporção de 4 para 1 — executadas de acordo com critérios científicos (rendimento chegando até o óctuplo das árvores erradicadas) — traziam consigo novamente o perigo de superprodução (FREDERICK, 1970, p. 266; GERCA, 1967, p. 27).

Nos anos de 1961/62 até 1967/68, no entanto, a produção brasileira de café diminuiu em 30%, e as medidas de erradicação foram acentuadas ainda mais devido aos prejuízos causados pela geada. Além do Brasil, somente o México e a Costa do Marfim cumpriram as obrigações internacionais de restrição da produção. O aumento da produção mundial de café no período mencionado foi de 9%.

Esse desenvolvimento da situação do mercado mundial, unilateral para o Brasil, e o perigo permanente de outras perdas graves na colheita em decorrência de prejuízos causados por geadas nas áreas de plantio de café no Paraná (ao mesmo tempo em que havia um déficit de produção no Brasil desde 1966 — Figura 6²⁵⁸), fez com que, ao final dos anos 60, novas plantações de café parecessem ser novamente o melhor investimento agrícola!

No entanto, no que diz respeito a essas plantações novas, não se trata do aumento da área de plantio, mas geralmente de plantações que foram estruturadas, após o extermínio de cafezais antigos economicamente pouco viáveis, de acordo com diretrizes agronômicas modernas (plantio paralelo à inclinação, sementes selecionadas, seleção de espécies, adubação) e que também apresentam uma capacidade de concorrência, seguindo critérios internacionais.

A forte redução da área de plantio de café do Brasil e, nesse contexto, sobretudo do Paraná em 1961 ou entre 1963 e 1967, foi o resultado da erradicação dirigida e espontânea como consequência da superprodução (Figura 6).

A seguir deve-se analisar quais tendências predominavam no aproveitamento de terra das áreas de plantio de café que ficaram livres, e qual foi o efeito regional da diversificação agrícola.

256 Dos quais 20% no quarto ano, 30% no quinto ano e 50% no sexto ano (FREDERICK, 1970, p. 260).

257 Dados numéricos totais segundo IBC, Anuário (1968-70, p.15); ver também Figura 2.

258 Em 1963 e 1964 já havia no Brasil um leve déficit na produção de café necessária.

3. APROVEITAMENTO DA TERRA DAS ANTIGAS ÁREAS DE PLANTIO DE CAFÉ E PROBLEMAS DA DIVERSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS A SEREM PLANTADOS

Dos quase 1,5 milhões de hectares de terra de café que ficaram livres no movimento de erradicação subvencionada entre 1962 e 1967, 307.000 ha (20,6%) se encontravam no Paraná (Tabela 26). Entre 1963 e 1967, a área de plantio de café nessa região foi reduzida em 36%.

A transição à policultura, controlada pelo Estado com a ajuda do Instituto Brasileiro do Café, deparou-se com dificuldades especiais numa área que até então tinha vivido quase exclusivamente do *boom* do café e na qual a mentalidade extrativista pioneira se concentrava especialmente no plantio de café em solos férteis ainda não utilizados.

De acordo com as condições contratuais, durante o primeiro programa do Gerca (1962-66) deixava-se a critério dos plantadores, segundo as condições ecológicas e a situação econômica, a maneira segundo a qual desejariam aproveitar a antiga terra de café que ficou livre.

Com base numa recomendação de caráter geral dada pelo IBC, contava-se com a seguinte diversificação: 29% da área para produtos de alimentação básica, 25% para pastagens, 18% para o plantio de plantas oleaginosas²⁵⁹, 13% para o reflorestamento, 7% para o plantio de árvores frutíferas, o resto para as demais culturas e para a plantação de café a ser executada de acordo com critérios científicos modernos (KRUG; POERCK, 1968, p. 300).

Nesse programa planejado de desenvolvimento, no entanto, o espírito especulativo da população de uma zona pioneira dinâmica foi avaliado como muito baixo, ou nem mesmo chegou a ser levado em consideração.

Correspondendo às condições de preços que dominavam no momento, a terra do café foi cultivada a curto prazo com culturas temporárias ou transformada espontaneamente em pastagens. Com relação aos produtos de alimentação básica, foi registrada uma queda de preço ameaçadora para os produtores, em decorrência do excesso de produção. Assim os preços ao produtor caíram entre 1962 e 1965, tendo como base um índice de 100 em 1962: milho, 71; arroz, 41; feijão, até mesmo a 31. O algodão, por outro lado, aumentou levemente nesse período para 105, e o amendoim para 128.²⁶⁰

Com relação ao plano do Instituto Brasileiro de Açúcar e Alcool, no contexto da diversificação para aumentar significativamente a produção de açúcar, uma pequena estimulação de preço foi suficiente para causar uma superprodução que, em decorrência das dificuldades de venda, abalou intensamente a indústria açucareira (LAZZARINI, 1967, p. 3).

A falta de qualquer plano de plantio na fase inicial teve como consequência o fato de que, em vista do desenvolvimento descrito, os órgãos oficiais se abstiveram nos anos seguintes de emitir uma recomendação sobre algum produto para plantio.

Assim, as reais proporções na diversificação de culturas — nos mais de 160.000 ha de antigas áreas de cafezais — se diferenciavam substancialmente da recomendação já mencionada (Tabela 31).

A maior parte da antiga terra de café foi transformada em pastagens para engorda de gado de corte por conta da situação favorável do preço da carne bovina. Com isso, sobretudo a região Noroeste do Paraná, caracterizada por seu solo arenoso, se projetou com 72%. Até mesmo todo o Norte Novíssimo perfazia 45% sobre o valor médio de todo o Norte do Paraná (40,4%). Comparado a isso, foram criadas em São Paulo áreas de pastagem em pouco mais de ¼ da área, pois as regiões de plantação de café de lá já tinham passado, num ciclo de desenvolvimento anterior, pela tendência à monoestrutura da criação de gado até chegarem a um extremo. No estado do Espírito Santo, ao contrário, foram utilizados mais de 70% da área para pastagens.

259 Essa parte da recomendação tem de ser vista no contexto do esforço de construir uma indústria nacional de óleo e gordura vegetais que foi fomentada especialmente no Paraná através de investimentos por parte do banco estatal de desenvolvimento, Codepar.

260 Dados da Divisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, com base no valor real ajustado dos produtos agrícolas (Fundação Getúlio Vargas apud GERCA, Relatório 1968, p. 32).

Tabela 31: Utilização da terra da antiga área de cultivo de café no Paraná que se tornou livre por meio da erradicação de 1962 a 1966, em comparação com todo o Brasil

	Norte do Paraná		Brasil		Máximo em cada estado Cota em %>			
	ha	%	ha	%	Max.		Mín.	
Pastagem	65.069	40,4	366.824	44,8	ES	70,1	SP	26,8
Algodão	25.770	16,0	48.412	5,9	PR	16,0	MG	—
Milho	17.878	11,1	151.093	18,5	SP	25,6	ES	9,4
Feijão	7.731	4,8	36.834	4,5	MG	7,5	ES	1,8
Rícino	4.671	2,9	10.062	1,2	PR	2,9	MG	—
Mandioca	3.382	2,1	19.682	2,4	ES	10,6	SP	1,4
Arroz								
(Arroz seco)	2.738	1,7	64.559	7,9	SP	17,0	E.S.	0,1
Cana-de-açúcar	2.255	1,4	28.824	3,5	SP	6,4	PR	1,4
Amendoim	1.772	1,1	18.585	2,3	SP	5,5	ES/MG	—
Reflorestamento	805	0,5	4.201	0,5	MG	0,7	ES	0,3
Café	483	0,3	4.718	0,6	SP	1,0	ES	0,2
Outros	28.508	17,7	64.723	7,9				
Total	161.062	100,0	818.517	100,0				

ES - Espírito Santo PR - Paraná

SP - São Paulo MG - Minas Gerais

Fonte: Compilação segundo Gerca, Relatório de 1968.

O cultivo de algodão ocupou uma posição essencial no Paraná durante essa fase. O cultivo de milho e, sobretudo, de arroz — com 11,1% e 1,7%, respectivamente — recuaram fortemente diante do produzido na região central do Brasil e dos valores elevados de São Paulo, pois essas culturas nas regiões de cultivo recente já tinham uma grande importância como plantio intercalado entre as fileiras de cafeeiros.

O reflorestamento no Norte do Paraná — bem como nas regiões restantes de cultivo de café do Brasil que foram deixadas abertas — foi completamente negligenciado, muito embora os danos causados pela erosão tivessem tornado isso urgentemente indispensável em algumas regiões do Norte Novíssimo. No entanto, essa reação da população pioneira logo depois do fim da primeira grande fase de desmatamento para exploração da terra é condicionada por fatores psicológicos.

Na segunda fase, a partir de 1966, tentou-se conseguir o incentivo reivindicado na Resolução do Conselho Monetário Nacional para a produção dos bens complementares agrários mediante um plano prévio de utilização da terra.

Como os países produtores de café excluíam a possibilidade de encontrar uma cultura economicamente vantajosa que substituísse o café, o Brasil apresentou o seu programa à Organização Internacional do Café, que também não soube apresentar nenhuma sugestão satisfatória do ponto de vista econômico. Arroz, milho e soja foram comercializados aos EUA, em parte a preços correspondentes ao mesmo preço de custo no Paraná.²⁶¹

Assim, em 1966 e 1967, tornou-se perceptível no Brasil uma forte oposição à proibição de instalação de pastagem nas áreas de café não lucrativas. A exigência — feita na celebração de um contrato com a Gerca no programa de 1966/67 — de se cultivar por dois anos consecutivos a terra obtida por meio da erradicação, foi um pouco flexibilizada perto do fim deste prazo, sobretudo em áreas com solos de má qualidade.

261 Entre 3 e 5 dólares a saca de 60 kg. A infraestrutura, o grau de mecanização e a organização do trabalho na área agrária nos EUA permitiram o comércio de produtos a esses preços, apesar do custo cerca de 15 vezes mais elevado pela mão de obra (LAZZARINI 1967, p. 3-4).

A análise detalhada de 9.158 dos contratos de financiamento²⁶² firmados entre os produtores de café e a Gerca e através do Banco do Brasil, Banestado e bancos privados, em 1966 e 1967, e a representação cartográfica no âmbito municipal oferecem uma ideia da diferenciação regional da utilização da terra. A comparação entre 1966/67 (Mapa 30) e 1967/68 (Mapa 31) mostra as tendências de desenvolvimento esboçadas.

A Tabela 32 (p. 306, Anexo) oferece uma comparação quantitativa das proporções de cultivo nas áreas de erradicação nas seis regiões do Norte Novo e Norte Novíssimo.

Em 1966 e 1967, predominava claramente nas áreas que se tornaram disponíveis o cultivo de milho, que ocupava, na região de Londrina, mais da metade da área total, e era dominante no Norte Novíssimo com 48% do total. No Norte Novíssimo, a posição do cultivo de milho é um pouco menos acentuada somente na região de Campo Mourão, em benefício da soja.

Enquanto no nordeste da região pesquisada (região de Londrina) arroz, feijão, soja e amendoim (depois do milho) ocupam quase a mesma parte da terra anteriormente destinada ao café, na região nas proximidades de Maringá tem especial importância o cultivo de soja e arroz, e na região sudeste (Apucarana), o cultivo de feijão e arroz (ao lado do milho). O ranking 2-4 dos cultivos alternativos do Norte Novíssimo empregam soja, amendoins e algodão no Noroeste (Paranavaí); na região de Campo Mourão, soja, arroz e feijão; e no Norte Novíssimo recentemente estabelecido, soja, feijão, algodão e amendoim, quase que na mesma proporção (Tabela 32, p. 306, Anexo e Mapa 30).

As fortes oscilações no cultivo de culturas alternativas ficaram evidentes em comparação com dois anos consecutivos de cultivo. O aumento do preço do algodão colocou em ascensão a proporção das plantas têxteis no Norte Novo — com exceção da região de Apucarana, que tem alto nível de precipitação —, e especialmente em todas as partes da região do Norte Novíssimo ela saltou abruptamente. Enquanto no Norte Novo a área de cultivo do algodão aumentou em quatro vezes e meia e ocupou o segundo lugar atrás do cultivo de milho, que indicava um leve recuo, registrou-se no Norte Novíssimo em 1967/68²⁶³ uma forte supremacia do cultivo de algodão (40,1%).

A decrescente importância do cultivo de milho no Norte Novo favoreceu um aumento na produção de algodão, especialmente na área dos solos arenosos isolados dos municípios Centenário do Sul, Cafeara, Lupionópolis, Santa Fé, Santa Inês, Colorado, bem como em Porecatu, Primeiro de Maio, Sertanópolis e Ibiporã (ver Mapa 31 com folha de rosto).

No total, a proporção de produção de arroz permaneceu quase a mesma na comparação entre 1966-1967 e 1967-1968, enquanto a produção de feijão e de soja sofreram pesadas perdas devido ao preço. Ao lado do considerável declínio da produção de milho acima mencionado e da produção de algodão manejada em 1967/68 em toda a área do Norte Novo e Norte Novíssimo, a produção de rícino, que teve sua área de produção quase seis vezes maior, mostra uma forte mudança devido à demanda da indústria regional de óleo vegetal (Tabela 32, p. 306, Anexo e Mapa 31).

O Mapa 31, relativo aos anos de 1967 e 1968 — embora faltem dados para o Norte Novíssimo ao sul do rio Ivaí —, mostra uma diferenciação regional clara da especialidade de cultivo de milho e arroz, bem como de algodão. O cultivo de algodão no Oeste e Noroeste, bem como em algumas regiões ao norte do Norte Novo, reflete as proporções de solos, que nessas regiões são arenosos e relativamente apropriados para o cultivo de algodão.

No Noroeste do Paraná, também foram eliminadas as áreas de cultivo de café com ao todo cerca de um terço da área total, sobretudo nos municípios de Paranavaí, Parancity, Santa Izabel do Ivaí e São João do Caiuá, cada um com cerca 3.000 e 3.800 ha²⁶⁴.

262 As bases de dados foram elaboradas e reconhecidas pelas agências regionais do Instituto Brasileiro do Café em Londrina e Maringá. Em Londrina, o autor encontrou resistência a um certo aproveitamento que, em determinadas circunstâncias, era atribuído a uma certa incerteza dos órgãos exportadores devido à acusação pública no sentido de irregularidade na diversificação do programa. — O autor agradece ao Sr. Eng. Agr. G. NEVES CALEFFI (DAC/Gerca) por seu simpático apoio em Maringá.

263 Infelizmente a Agência Regional do IBC em Cianorte foi fechada em 1968, e os dados detalhados de 1967 e 1968 — com exceção do cultivo de algodão — referentes às regiões de Umuarama e Campo Mourão do Norte Novíssimo não foram encontrados. Por causa de algumas amostras aleatórias nesses lugares, das indicações para a região de Paranavaí e das indicações de tendências da Agência em Maringá, o autor teve que estimar o total para o Norte Novíssimo em 1967 e 1968.

264 Do mesmo modo no sul do Norte Novíssimo em Umuarama (3780 ha) e Goioerê (3620 ha), bem como ao norte no Norte Novo de Londrina: Centenário do Sul (2540 ha).

A maior parte da área do cultivo de café alcançou a erradicação na região de produção mais ao sul, com o perigo anual de geada (Campo Mourão, Boa Esperança, Janiópolis e, sobretudo, Marilândia, com 66%), no vale do Ivaí (Doutor Camargo, 67%, Ivatuba 58%) e nas partes baixas do mais extremo Noroeste (Querência do Norte 56%) (Mapa 30). Por outro lado, o Município de Rolândia — que apresentava uma altitude ideal e melhores proporções de solos —, Arapongas, Apucarana e Astorga indicavam apenas uma redução mínima de suas áreas de produção de café (Mapa 31).

O cultivo de algodão na segunda parte do programa de cultivo do Gerca é um indicador claro da fase de transição já instaurada na adaptação às prescrições de cultivo de uma grande parte dos produtores para a instalação de extensas regiões de pasto, que poderiam se tornar apropriadas por meio do cultivo de algodão. Após a acordo das obrigações contratuais, a transição para a pastagem atingiu uma grande extensão e foi intensificada mais ainda pela geada de 1969 (ver Cap. VII).

A instabilidade das relações de preços dos produtos alimentícios básicos e os riscos do cultivo de outras culturas sem a experiência agrícola adequada, mas também sem o conhecimento da situação mercadológica, conduziram inevitavelmente, nos casos das grandes propriedades, especialmente nos solos arenosos, à expansão da criação de gado, que não exige tanto trabalho e é mais favorável economicamente.

4. PROBLEMAS SOCIAIS E CONSEQUÊNCIAS DA ERRADICAÇÃO

A expansão do cultivo de café no Norte do Paraná na direção oeste e sudoeste funcionou, durante quase duas décadas, como principal válvula de escape da pressão popular, que se acentuava cada vez mais no Sudeste do país, em São Paulo, em consequência da emigração de inúmeros trabalhadores rurais e desempregados vindos da região Nordeste do Brasil. As secas catastróficas não periódicas do Sertão do Nordeste deram os impulsos para o ritmo migratório para o Sul.

Até o início da década de 1960, a extensão das plantações de café, no Norte Novíssimo do Paraná, pôde receber grande parte dessa população, seja como trabalhadores agrícolas empregados contratualmente, seja como trabalhadores migrantes com possibilidade de ocupações sazonais, seja ainda como arrendatários. Isso poderia ter resolvido a falta permanente de mão de obra na frente pioneira avançada. Mesmo os trabalhadores migrantes poderiam conseguir sua subsistência ao menos acima de um mínimo para sobreviverem, através da migração pendular entre as colheitas de algodão no estado de São Paulo e a safra de café no Norte do Paraná.

A esgotada capacidade de acomodação dos centros de aglomeração que ficam nas grandes cidades ao longo do caminho migratório com destino ao sul — como as cidades litorâneas do Nordeste, Recife e Salvador —, e a falta de possibilidades de trabalho nas metrópoles industriais fartas de mão de obra pouco letrada — Rio de Janeiro e São Paulo — fizeram com que, em face de um concomitante arrefecimento da conjuntura, as correntes de migração interna procurassem tanto mais o interior do estado de São Paulo e do Norte do Paraná.

Os efeitos das alterações na estrutura agrícola em São Paulo com a conversão de vastas áreas do Noroeste e Oeste em pastagem de gado conduziu a migração diretamente ao Norte do Paraná, onde o trabalho intensivo com o cultivo do café oferecia possibilidades de emprego, e, com isso, de subsistência mínima.

A campanha de redução dos cafeeiros, economicamente necessária, acarretou também problemas sociais por lá, devido à conversão desordenada de uma grande parte da terra antigamente destinada ao café para pastagens. Uma parte dos trabalhadores rurais até então em atividade nas plantações de café ficaram desempregados.

Em 1961 havia em todo o Norte do Paraná cerca de 284.000 famílias, o que perfaz ao total 1,45 milhões de pessoas, isto é, quase um terço da população do estado trabalhando no cultivo de café. Dos 576.000 trabalhadores ativos na economia do café, 30% estavam em atividade no Norte Novo e 38% no Norte Novíssimo (IBC-OEA, 1964, p. 69).

A destruição de 113 milhões de cafeeiros no Norte Novo e Novíssimo entre 1962 e 1966 trouxe, para cerca de 49.000 trabalhadores, a perda de seus empregos nas plantações de café, em que foram atingidas cerca de 23.000 famílias com pouco mais de 120.000 pessoas.²⁶⁵

O programa de diversificação agrícola planejado originalmente previa a ocupação da população, que antes trabalhava no cultivo do café e que agora estava desempregada, no cultivo de culturas substitutas, sobretudo de alimentos básicos, em geral nas mesmas propriedades. Devido à pouca mecanização, para esses cultivos também é necessária uma grande quantidade de trabalhadores, calculada na proporção de 1 família/4,8 ha. Nessa proporção, uma família é suficiente para cuidar de 145 ha de terra de pastagens (CODEPAR, 1966).

Ao fim e ao cabo, a taxa de transferência para a pecuária com pouca demanda de mão de obra – surpreendentemente alta para as instituições oficiais, mas previsível devido à tendência geral da agricultura – significou, após os trabalhos de conversão (construção de cercas, sementeira do pasto etc.), o desemprego para cerca de 5.400 famílias, algo como 29.000 pessoas.

A proibição da instalação de pastos na segunda fase oficial de transferência, derivada dessa situação, fez com que a taxa de desemprego previsível pelos contratos oficiais aumentasse somente um pouco, mesmo com o intenso retrocesso das áreas de cultivo de café.

Por outro lado, a erradicação privada dos cafeeiros, realizada sem indenização financeira e quase duas vezes maior nesta fase, tinha como objetivo quase exclusivo a instalação de pastagens.

As estimativas e cálculos aproximados sobre o total de pessoas desempregadas devido à erradicação e às suas consequências indicavam mais de 16.000 famílias, com cerca de 82.000 pessoas (GERCA, 1967, p. 34; GERCA, Relatórios, 1965, 1966, 1967); porém, devido aos acontecimentos incontroláveis no nordeste do estado, esses valores podem ser muito mais elevados.

Consequências disso foram um aumento da mobilidade da população rural e uma intensa migração para as cidades do Norte do Paraná. Isso ocasionou, com a baixa vinculação de trabalhadores nos setores secundário e terciário das cidades pequenas e médias, bem como devido à esgotada capacidade de absorção de cidades maiores como Londrina e Maringá, uma aglomeração na periferia das cidades, e a incipiente concentração de moradias do tipo favela (Foto 12).

O repentino excesso de trabalhadores rurais em uma região que, menos de uma década antes, tinha apresentado uma capacidade de absorção aparentemente ilimitada da migração interna brasileira, forçou o governo e o IBC a não reduzir mais as áreas de cultivo de café no Norte do Paraná. O afluxo de ‘caboclos’ vindos de Minas Gerais e dos estados do Nordeste à procura de trabalho se dirigiu, antes que começasse a exploração controlada da região amazônica, mais ainda para o Norte do Paraná, que – então de modo injusto – mantinha sua reputação de ‘Eldorado dos solos férteis com a possibilidade de aquisição de terra própria’.

Nessa situação instável, uma nova ocorrência de geada poderia causar um agravamento das relações econômicas e sociogeográficas críticas no Norte do Paraná. Esse temor surgiu já em 1969, quando as plantações de café do Norte do Paraná sofreram graves danos causados por geadas, cuja importância para a economia cafeeira e suas consequências agrário-sociais serão examinadas a seguir.

²⁶⁵ Esses valores numéricos calculam-se com base nos seguintes valores de relação estatísticos: 1 trabalhador cuida do Norte Novo, em média, de 1026 cafeeiros, e no Norte Novíssimo, de 2600. Cada família trabalhadora rural possui no centro do Norte Novo 2,13 trabalhadores e o total de 5,35 pessoas; no Norte Novíssimo, 2,17 trabalhadores e o total de 5,17 pessoas (segundo o IBC-OEA, 1964, p. 70).